



Anais da Assembleia

Nº 25

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1982.

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Valter Pietrângelo.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edison Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanolrenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Valter Pietrângelo (53); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gernote Kirinus, João Elísio, Leônidas Chaves, Nestor Baptista e Romero Filho (5).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 107/81, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública o BANESTADO CLUBE S/A.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. João Cardoso de Arruda.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

João Cardoso de Arruda, homem ligado ao comércio, um

dos pioneiros de Mandaguari, faleceu em data de hoje na cidade de Londrina.

Viúvo de Dona Ana Tomasina Silva de Arruda, seu desaparecimento, aos 94 anos, deixa uma lacuna impreenchível não apenas para seus filhos Joaquim, Francisco, Brígida Maria, José Augusto, Antônio e João Arruda, além de netos e bisnetos, mas para toda a comunidade de Mandaguari, a qual sempre serviu de exemplo de honestidade e trabalho.

O Paraná está de luto, pois perdeu um de seus filhos ilustres. Resta o consolo de que sua descendência como já vem acontecendo, continuará sua obra de profícua labuta pelo engrandecimento de nosso Estado, prova disto é a administração exemplar de Francisco Beltrão, a cargo do Prefeito João Batista de Arruda, um dos filhos do falecido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário da Agricultura, pleiteando a instalação de um armazém graneleiro no Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Notadamente na região vizinha às margens do Rio Ivaí, encontram-se extensas plantações de arroz que, a exemplo deste ano, apesar de alguns revezes, produziram uma excelente safra, praticamente em fase final de colheita. Entretanto, os agricultores dedicados ao cultivo do arroz, deparam com o problema de armazenamento, já que não podem recorrer ao depósito da AGEF, quase completamente atulhado de café. Informado por um de seus Secretários que lá esteve, os rizicultores isabelenses seriam beneficiados enormemente com a implantação de um armazém, mesmo do tipo inflável, e que poderia ser instalado em área adjacente ao próprio armazém da AGEF.

Observe que ao Governo não basta incentivar o aumento de produção e produtividade. Deve responsabilizar-se pela existência de condições que permitam ao lavrador comercializar com faixa de lucro que o incentive para continuar produzindo e não o espolie, o que acontece pela presença de intermediários, quando não pelos minguados preços mínimos fixados pelo Governo, muito aquém do pretendido para saldar às vezes compromissos bancários e outros encargos. O armazenamento é uma das condições básicas para se concretizar uma comercialização condizente de safras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente solicita a formulação de um apelo, ao Ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, para que atenda as reivindicações da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, com a liberação de recursos de EGF e AGF ao sistema cooperativista.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O apelo justifica-se em apoio às reivindicações da OCEPAR para que seja permitida a realização de AGF (Aquisição do Governo Federal) à semelhança do que ocorre para o algo-

dão do Nordeste e a exemplo do que aconteceu em outras ocasiões quando o Governo concordou em realizá-las, incluindo cláusula de retrovenda, bem como seja autorizada a alocação urgente de recursos EGF (Empréstimos do Governo Federal) para o arroz, a soja, o milho e o algodão. Os pedidos já foram encaminhados ao Governo mas há necessidade de que as cooperativas sejam atendidas o mais breve possível, uma vez que as indefinições na liberação desses recursos estão prejudicando seriamente o produtor. As cooperativas do Paraná vêm recebendo grandes volumes de produção. Na atual safra, o sistema cooperativista deverá abrigar mais de cinquenta por cento da soja produzida no Estado, trinta e cinco por cento do nosso milho e quarenta e três por cento do algodão paranaense. É preciso que esses recursos sejam também destinados em volume suficiente para cobrir a produção recebida pelas cooperativas do Paraná, abrangendo cem por cento dos preços mínimos estabelecidos pelo próprio Governo para os citados produtos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Educação, Edson Machado, solicitando a implantação do curso da quinta à oitava série do primeiro grau na Escola Narciso Mendes, no Jardim Esmeralda, no bairro do Xaxim.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação se prende a insistentes apelos dos moradores do Jardim Esmeralda. A citada escola abriga um grande número de alunos que, completando a quarta série do primeiro grau, se vêm obrigados a mudarem de escola. A área onde se localiza a Escola Narciso Mendes tem dimensões suficientes para permitir a ampliação de suas instalações, com a construção de novas salas de aula.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Sr. Haroldo Ferreira Dias, solicitando a implantação de um módulo de socorro familiar na Avenida Francisco Derosso, nas proximidades da Igreja São Francisco de Assis.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

É imperioso que se atenda esta reivindicação da população merecedora daquela região. Nos últimos dias a área tem sido palco de ocorrências policiais, com assaltos de grande monta, como foi o caso da RECONTROL. O módulo policial, cuja eficiência já está comprovada nas áreas onde já foram implantados, atenderia uma área densamente povoada e onde se localizam estabelecimentos industriais e escolas com respeitável número de estudantes, como desocupados e elementos suspeitos aproveitando-se da ausência de policiamento para a prática de atividades ilegais. Nossa solicitação reforça, por outro lado, idêntica manifestação do Vereador João Derosso, que já se empenhou nesse sentido junto à Secretaria de Segurança Pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor do D.E.R. solicitando imediatas providências no sentido de se efetuarem obras de recuperação asfáltica na PR-317, trecho Campo Mourão-Maringá.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(a) DARCY DEITOS)

JUSTIFICATIVA:

Em 17.06.81 fizemos a mesma solicitação em requerimento aprovado por esta Casa e até a presente data não foram tomadas providências necessárias, daí a volta deste requerimento, pois a referida estrada se encontra em estado deplorável, principalmente no trecho Campo Mourão-Engenheiro Beltrão, onde imensas crateras estão abertas no asfalto pondo sérios riscos na vida de todos os que lá transitam com seus veículos, principalmente se analisarmos que a estrada em referência serve como corredor às obras da Binacional Itaipu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, Sr. Edson Machado, solicitando a implantação do curso de segundo grau na Escola Santos Dumont, localizada na Vila Guaíra.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

A Escola Santos Dumont se localiza em uma área densamente povoada, abrigando dezenas de estudantes cursando o primeiro grau. Completando este ciclo de estudos, os estudantes vêm-se na iminência de abandonar os estudos ou procurar outras escolas distantes de suas casas onde há o curso de segundo grau. É recomendável, sob os mais variados aspectos, que se permita a continuidade dos estudos numa mesma escola quando de conclusão de cursos. Além do mais, trata-se de uma reivindicação justa dos moradores e dos estudantes.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur). — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Najá Messias, líder político do Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos endereçando à Mesa um expediente, através do qual formulamos alguns questionamentos à Delegacia Regional do IBDF, de nosso Estado, diante de um problema existente na região de Guaraqueçaba, relacionado com o problema fundiário.

(Lê o requerimento):

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, para que o mesmo informe o que se segue:

- a) Quantas empresas, no período de 1970 a 1980, utilizaram benefícios fiscais aprovados pelo IBDF na região?
- b) Quais as empresas beneficiadas?
- c) Dos projetos aprovados, quais eram para plantio com recursos oriundos de benefícios fiscais aprovados pelo IBDF?
- d) Do total de projetos quantos realmente foram implantados?
- e) Existe alguma área em litígio onde o IBDF tenha permitido que a empresa MADEZATTI, apresentou ao IBDF?
- f) Quantos hectares tinha o projeto (total) que a MADEZATTI, apresentou ao IBDF?
- g) O IBDF confirma que poderá ocorrer assoreamento do Porto de Paranaguá devido a má aplicação técnica de projetos florestais?
- g) Quais os critérios que o IBDF usou para aprovar os projetos tanto do plantio de palmito como de uso de madeira?

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1982.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A situação do litoral paranaense é preocupante. A situação do Município de Guaraqueçaba mais ainda. As denúncias frequentes de entidades e personalidades responsáveis nos dão conta da deterioração progressiva do meio-ambiente, incluindo aqui o presidente da ADEA, Associação de Defesa Ambiental.

O mais grave é que este município se caracteriza por conflitos cada vez mais intensos em torno da disputa da terra. A imprensa estadual e nacional tem divulgado esta situação que coloca de um lado os posseiros, homens pobres e humildes, que ali moram há muitos anos. De outro, grandes grupos econômicos que através da intimidação querem e conquistam terras para fins meramente especulativos.

Região pobre, grande parte das terras de Guaraqueçaba são inexploradas e nas mãos de latifúndios improdutivos. Grandes empresas vivem em constante conflito e, no centro, a população, sofrendo os resultados. A região de Guaraqueçaba é uma das únicas que possui riqueza inigualável de flora e fauna e o seu desmatamento poderá causar danos irreparáveis. Diante deste quadro é que levantamos nossa preocupação e gostaríamos de ver esta Casa informada, pelo órgão competente, da situação e de sua intervenção."

Sr. Presidente, esse requerimento visa esclarecer os conflitos existentes, já há alguns anos, nessa região litorânea. Porque, sabemos, e a imprensa tem noticiado, e entidades ligadas ao Meio-Ambiente também, que existem ali conflitos: de um lado posseiros pobres, humildes, indefesos, que ali vivem e exploram a terra há muitos anos, e, de outro lado, grandes empresas, um número até reduzido de grandes empresas, que exploram praticamente setenta e oito por cento das terras do Município de Guaraqueçaba.

Então, a nossa preocupação é exatamente fazer com que o órgão responsável pelo setor, em nosso Estado, preste esses esclarecimentos à nossa Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna para falar a respeito de assuntos que estão sendo motivo de muita discussão nos últimos dias não só nesta Capital, mas em todo o Estado do Paraná.

Outro dia vendo um programa de televisão, surpreendi-me quando o ex-Prefeito de Londrina, Dalton Paranaçu, muito embaraçado, perdido diante do povo do Paraná, fez uma acusação gravíssima, que o Senador José Richa, era desonesto. Reportei-me ainda a uma reportagem da própria "Folha de Londrina", quando o Presidente do PDS chamava o Senador Leite Chaves, com todas as letras, de pusilânime e de covarde e o Senador do meu partido foi agredido aqui nesta Casa, foi agredido num linguajar que estão exigindo que seja modificado. Então eu gostaria de traçar logo no início, o rumo desse pronunciamento que vou fazer.

O Sr. Erondy Silvério — Mas antes eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse um aparte.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Concederei os apartes para que os Senhores Deputados façam as suas reclamações, na medida em que achar conveniente e pertinente os apartes para o desenvolvimento da minha presença aqui nesta tribuna.

O Sr. Erondy Silvério — Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Mas vejamos bem. O Sr. Dalton Paranaçu, é um político do PDS. O Sr. Neco Garcia acusou outro dia, não só o Senador José Richa, mas inclusive o seu

pai, um homem que veio de um País distante, pobre e analfabeto e que trabalhou muito aqui no Paraná, e que deixou a sua família, ao Senador Richa, o exemplo do trabalho, da dignidade, mas vejamos os Senhores, o Senador Richa foi chamado de "acidente político". E vejamos bem Senhores membros do PDS, vejamos bem eleitores do Paraná: "acidente político" que desenvolve uma campanha, que lidera uma campanha da Oposição neste Estado e faz um milhão e noventa mil votos e mais 831 ainda. E dizem que isso foi um acidente. Não, não foi um acidente. Aqui eu presto uma homenagem ao Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, que foi o homem que se bateu contra Leite Chaves. Todos sabem que o Presidente desta Casa é um democrata e é um homem que tem relevantes serviços prestados ao Paraná e na Presidência desta Casa tem feito democracia.

Pois bem. O Presidente desta Casa, o nosso querido Deputado João Mansur, foi derrotado pelo Senador Leite Chaves e não foi derrotado de graça, não. Foi derrotado porque o Senador Leite Chaves soube empunhar a bandeira da Oposição, ele soube ser o intérprete dos anseios de toda uma comunidade e liderou com competência o caminhar do MDB em 74. Foi uma vitória de um homem que tem uma chama interna muito grande, que acredita naquilo que faz. O Senador Leite Chaves é chamado de analfabeto, como aqui ontem o foi, de homem sem cultura. Um homem que sai do Brasil e vai como advogado defender clientes nos Estados Unidos. Um homem que tem curso de pós-graduação na Europa, um homem que fala inglês e francês e o que é mais importante, um homem que canta a música do nordestino. Porque quantas vezes correndo pelo Paraná entre uma cidade e outra, quando lançávamos a palavra da Oposição, o Senador Leite Chaves cantava a "Asa Branca", o "Assum Preto". Dizia ele, do drama do Nordeste quando vai chegando o período onde eles não esperam mais a chuva e se reúnem para rezar, para pedir a Deus que venha a chuva para dar a vida ao nordestino. Esse homem tem sensibilidade, ele canta, canta... a voz do seu povo sofrido, espoliado, roubado do Nordeste.

É um homem de sensibilidade, é um homem culto e aqui é chamado de analfabeto, é chamado de incompetente quando é um homem capaz. O próprio "Diário do Paraná" em editorial, em minhas mãos, afirma: "Ora, sem entrar no mérito e na ética do debate entre o Deputado e o Senador, seus termos e elegância, exatamente o que não poderiam ter feito os Deputados Estaduais, a dizer que o Senador Leite Chaves não fez nada no Senado. E até por um dever mínimo de justiça, teriam de reconhecer, que o Senador do Paraná apresentou mais projetos de lei do que todos os apresentados no Legislativo Estadual durante os últimos oito anos".

Enquanto 158 mil crianças com menos de 12 anos saem às cinco horas da manhã para buscar o arroz e o feijão para não morrer de fome, muitos se perdem em discussões estérteis, não sentem o momento histórico que nós estamos vivendo. E, quando falo que o Chaves é um homem que tem sensibilidade, disseram que aqui, ontem se falou aqui que Chaves quando chegou ao Senado apanhou uma imagem de Cristo e a retirou do seu gabinete. A verdade nós vamos colocá-la aqui. A imagem de Cristo que estava lá, colocada, não era de propriedade dele e ele simplesmente, a devolveu ao seu legítimo proprietário, ao seu dono. Porque no seu gabinete, também, os Srs. podem ir lá e aquele está repleto da posição dos vários segmentos dos democratas deste País. E amanhã, quando eu deixar de ser Deputado nesta Casa, o ocupante do meu gabinete terá todo o direito de tirar as propagandas políticas dos meus companheiros, variados nas suas idéias, mas que estão lá, para fazer o que bem entendem daquele gabinete.

O Senador Leite Chaves respeita a religião, o credo, a profissão e o "diabo a quatro" de todo mundo. É um homem que não entra no mérito se o sujeito tem que ser católico, se não é, se é crente ou se não tem religião.

É preciso que se coloque aqui com toda clareza esse episódio, como também se chamou o Senador Leite Chaves de pusilânime. Ora, mas como é que pode! Um homem como o Chaves, com fraqueza de ânimo? Como é que pode?

Um homem, quando aí sim eu posso até dizer, quando muitos companheiros do meu Partido vacilaram no enfrentamento à ditadura em 1974, o Chaves, que não é pusilânime, que não tem fraqueza de ânimo empunhou a baídeira da Oposição, e volto a repetir, derrotou um homem dos mais ilustres que este Estado tem que é o Deputado João Mansur. Então, não é como querem dizer um acidente político, que ninguém através de um equívoco faz um milhão e cem mil votos numa eleição. Ninguém derrota todo um esquema montado contra a candidatura dele se não tivesse uma mensagem forte, vibrante para mexer com todo esse Paraná.

Também se fala que o Senador Leite Chaves agrediu as Forças Armadas. Essa é outra balela que ele recoloca nos seus devidos termos se baseando nos Anais do Senado, dizendo realmente o que aconteceu e não o que aquela imprensa amordaçada podia e não podia publicar.

Senhores, um homem que é acusado de nada ter feito, apresenta por exemplo um projeto de lei tornando impenhorável a casa de moradia quando sendo o único bem do patrimônio do devedor, e constitui a sua residência efetiva. É um homem que mostra através desse projeto de lei que hoje é lei, toda a sua sensibilidade. São oito anos de trabalho quase completos que estão retratados no computador do Senado, na sua atividade política.

Nesse projeto de lei por exemplo, que torna inelegível por dois anos os que tiverem exercido cargos de direção em empresas de capital estrangeiro. É a tal história neste País. Saem do primeiro escalão da administração e vão servir às multinacionais que muitas vezes roubam o trabalho do povo brasileiro. O Senador se fez presente e seria fastidioso continuar dizendo o que ele fez e o que ele não fez.

Agora, chamar um companheiro de partido de pusilânime! De covarde é muito fácil, aí tudo vale. Ofender-nos como sempre fizeram dizendo que somos oportunistas, demagogos, comunistas, que não temos patriotismo, isso vale. Agora, na hora que é preciso também botar um paradeiro porque nós queremos fazer uma política elevada, nós queremos ter nível. Agora, quem vai dizer o que se deve fazer no campo da oposição somos nós da oposição, amadurecidos nos debates de tantos e tantos anos, maduros, adultos, não seremos administrados pelos nossos adversários que não darão o tom da campanha. Porque muitas vezes quando dizem, olha, vocês estão agressivos, estão criticando, o que na realidade desejam é que nos calemos e não façamos as denúncias, as críticas que devemos fazer ao Governador do Estado, ao seu candidato, ao programa do PDS, a política de no mínimo, sem interesse público nenhum que se faz no sentido do gasto das verbas públicas.

É um festival de propaganda. Se fala em moral, mas Chaves é um homem da mais alta reputação! É um homem que não tem nada que atente contra a sua postura, contra a sua moral. É um profissional reputadíssimo. E eu estranho que aqueles que se sentiram injuriados não façam a caminhada até o Judiciário que eles dizem que é tão independente, que só julga perante os fatos, realmente aquilo que está acontecendo!

Então nós responderemos pedrada a pedrada; nós não estamos na política para sermos simpáticos a quem quer que seja. Respeitamos e sempre respeitamos os nossos adversários que estão nos outros partidos. Discordamos praticamente de todos. Não concordamos com o divisionismo de certos partidos. Não concordamos com a linha política, social, econômica e financeira do Governo, do sistema, do regime que é garantido pelas bancadas do PDS em todo o Brasil.

Nós diremos aos nossos militantes, aos nossos companheiros, após a discussão com todos sem imposição, qual o ca-

minho que deveremos trilhar.

Outra coisa, afirmaram que o Senador Leite Chaves não tem a cobertura do Governo que ele está abandonado. Nada tão longe da verdade quanto estas afirmações. O Senador Leite Chaves é um homem que está em campanha para concorrer novamente a uma vaga no Senado. É um homem que vai disputar com os outros. Não fugiu em 74. Somou o partido. Está em campanha. Tem o apoio do partido, que lhe dá. Não haveria nem necessidade desta lei que diz que todos nós, não só o Senador, somos candidatos natos. Este é um casuísmo nosso também que eu publicamente, inclusive numa reunião do PP e do PMDB me coloquei contrariamente, dizendo que o próprio Senador deveria colher, alcançar, a sua legitimidade de candidato numa convenção; mas não há nem necessidade disto e ele já se propôs a se submeter à vontade da convenção, democrata que é.

Mas ele tem uma legenda do partido para disputar, ele tem a sua mensagem. Correrá o Paraná uma vez mais, como já correu, e está correndo. É um homem que tem mensagem, que sabe o que quer. Está cumprindo o programa do partido. Logicamente que o Senador Leite Chaves não é um político tradicional, não é aquele que nasceu, por exemplo, distribuindo favores de uma Prefeitura e nasceu Vereador, que praticou paternalismo, um fisiologismo, oportunismo e talvez tenha chegado após a uma Prefeitura. Ele não é um homem que escalou, como muitos de nós, como eu mesmo, os vários degraus da política, é um homem que foi alcançado pelo conjunto partidário, onde estava trabalhando. É advogado do Banco do Brasil no seu escalão mais alto, como diz ele, eu sou da letra "H". Eu não entendi e falei "H"? E ele falou: — "sim, "H" de Homem. Sou lá de cima, por merecimento".

Foi preso, porque era do Sindicato dos Bancários.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, respeito as opiniões divergentes, mas não aceitarei inverdades. Chamar Chaves de imoral, não é. De amoral, muito menos. De incompetente, não é, é homem competente. Esquecido pelos companheiros, coisa nenhuma esteve ontem ainda numa reunião nossa do Diretório Regional, tratando do caminho que vamos traçar aqui para frente em relação às disputas de 82. Está aqui na Assembléia, como sempre faz. Daqui a pouco, aí sim, é capaz de apanhar o seu ônibus e levar sua mensagem da maneira que ele sabe fazer. Porque só agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estão se abrindo os canais de televisão, os jornais, para a palavra do povo através dos seus mandatários, através dos seus segmentos sociais, porque é uma maneira que o Senador achou para falar ao povo do Paraná.

Ele sai no ônibus com seus companheiros, muitas vezes dorme dentro do ônibus. É o jeito que ele achou, é o caminho que abriu. Como já disse, não é um homem apegado à política convencional. Lembro-me que em 74 ele chegou na minha cidade como candidato desconhecido e saímos pela avenida conversando com todos, com os motoristas de táxi, com o homem que vendia pipoca, até com o defensor do Governo. E no outro dia na cidade, após uma passagem de 4 horas pela minha cidade, todos estavam comentando a passagem daquele nordestino, pequeno-grande, que estava trazendo uma palavra de esperança, porque nós estávamos cansados dos governos revolucionários; e estamos ainda mais, hoje; é por isso que é necessária a presença do Senador Leite Chaves, novamente. Porque ele vai se somar com Álvaro Dias, esperança do Paraná; vai se somar com Alencar Furtado; homem que já deu o exemplo do seu valor. Vai se somar a tantos e tantos companheiros para fazer com que as coisas possam realmente mudar, porque nós estamos cansados daquilo que se convencionou Neysmo, nós estamos cansados da política que tem sido imposta aqui ao Paraná. É necessário que se faça o confronto entre o trabalho desenvolvido por um homem como Chaves, e outros que se dizem que são autores de tantas e tantas coisas mas fazem muitas

coisas através da propaganda paga com o dinheiro do povo, porque muitas vezes você não encontra um litro de leite ou um remédio aí pelo interior, porque existe a falta de verba.

Mas vai existir verba para propaganda política, o que me afigura como crime eleitoral. Se perdeu o senso das coisas, todos os dias, aqui na Assembléia, quando chegamos ou saímos nos deparamos com carros públicos que não são propriedade nem de prefeitos nem de prefeituras, com propaganda do Sr. Ney e do Sr. Saul. E a gente pode falar isso porque nunca fizemos isso quando estivemos gerindo negócio público.

Nós sabemos o que é público e o que é particular.

Carros, está dizendo o meu companheiro Tavares, carros com chapas frias. Agora, se perguntarem: — mas onde estão as provas? — Mas, neste País, não se prova nem que existe o “Jogo do Bicho”.

E ele é bancado aqui dentro. Aqui dentro da Assembléia. E se você levar alguém às barras da Justiça, por causa desta contravenção e aliás eu não tenho nada contra isso, você que vai para a cadeia. Você que vai ser levado às barras de um tribunal, por injúria, por difamação, por calúnia. E os ladrões franam, dançam com suas sapatilhas que foram adquiridas na boutique da corrupção. Dançam como bailarinos soltos e dizem: — mas tragam provas. Mas, meu Deus do Céu, quem é que não sabe que o que mais tem neste País é ladrão.

E houve até, num gesto de solidariedade, um esforço muito grande, para trazer o Ronald Biggs para o País.

O ladrão é nosso, não pode ficar nas Bahamas, tem que vir mais um. Nós estamos vivendo um final de século. A sociedade não aguenta mais a ordem imposta. As leis são ilegítimas. São ilegítimas, não atendem as necessidades da sociedade. Os trabalhadores revogaram a Lei de greve na rua, na praça pública.

O debate Montoro e Reinaldo de Barros, na realidade também revogou a Lei Falcão. E quantas e quantas leis que estão aí para servir quem? Servir uma minoria privilegiada. Servir aqueles que fazem, como diz Scarpellini, fazem a lei, tem um Juiz para julgar e o Delegado para prender. Então na realidade não estão entendendo o momento histórico que nós estamos vivendo. Tudo na vida, tudo na vida é modificado. Vocês vejam um simples pé, por exemplo, de mamão, se você não apanhar o mamão ele acaba caindo de podre, de apodrecido, de velho.

Cumpriu o seu ciclo. E este regime está aí desde 64.

Não sou revanchista. E quando dizem que nós queremos revanche, é mentira. É mentira. Nunca ninguém viu. Não vi, não tenho conhecimento. E peço o testemunho de alguém. Onde está a mulher de um desaparecido que está querendo revanche, que ingressou com ação contra aqueles que torturaram ou fizeram este marido desaparecer. Não tenho conhecimento de ato nenhum.

Nós queremos é simplesmente esquecer um período difícil da vida brasileira. Um período que só trouxe sofrimento.

Porque quando você vê um canal de televisão mostrar que 158.000 crianças com menos de 12 anos de idade vão em caminhões tomando chuva, vento, capotando, morrendo, você tem que chegar ao diagnóstico que tem que ser feito neste País. É um País doente, capenga, o remédio é a democracia, o remédio é o voto, Sr. Presidente, porque nós do PMDB, nunca falamos aos nossos militantes, aos nossos companheiros para que deixassem a sua vida normal para ir para a guerrilha, para apanhar armas sem fazer revolução, não, nós sempre carregamos o descontentamento popular para a urna. E no pronunciamento dos meus caros companheiros da Assembléia eu colho, posso dizer do meu amigo Erondy Silvério, que o único sistema político que garante a defesa da sociedade na circunstância de ter feito uma escolha, é a democracia.

Ele usou isso, dizendo que foi feito uma má escolha quando se elegeu o Senador Leite Chaves.

Então, o meu partido fica muito contente em saber

através das notas taquigráficas e nas repetidas vezes que Vossa Excelência usou a palavra — que querem a democracia, se bem que o grosso do seu partido sempre sustentou os atos anti-democráticos.

Se fala em eleição, mas, eu queria eleger o Prefeito de Curitiba, se eleitor aqui fosse. Eu gostaria de eleger o Governador do Distrito Federal se morasse em Brasília, mas, estão castrados.

Os municípios das áreas de segurança nacional, estâncias de hidrominerais. O líder do PDS fala em debate, mas, este debate foi negado até outro dia e quando nós falamos da tribuna, muitas vezes ninguém fica sabendo de nada.

Então, o que eu quero deixar bem claro em nome do meu partido, como já fiz em uma oportunidade aqui. Muitas vezes temos divergências dentro do partido, não escondemos isso de ninguém, porque, somos um partido amadurecido.

Bernardi Shaw, dizia que o povo amadurecido era aquele que fazia ironia sobre si mesmo, se referindo ao povo inglês.

E nós temos na prática democrática como entusiasmado afirmou ainda o Deputado Pinto Dias, quando participou da escolha do nosso Líder Trajano Bastos, a democracia, o debate não tem prato feito, as coisas se fazem na hora, em cima da sensibilidade daquilo que exigem os nossos eleitores, democratas que quiseram a nossa presença aqui, simplesmente para fazer o jogo da democracia, porque, é na democracia que nós estamos jogando tudo.

Queremos as mudanças estruturais as mais profundas possíveis, porque, se não El Salvador está aí, Honduras, Guatemala está aí. E não somos nós que estamos falando que vamos fazer revolução, a revolução será feita em cima da injustiça.

Aquele que está satisfeito com o seu regime, aquele que está satisfeito com o seu governante, não quer mudá-lo.

Então a nossa presença é para recolocar as coisas no limite aceitável por todos nós. Queremos uma campanha de alto nível.

E eu posso falar cavaleiro da situação, porque, talvez, o problema mais sério que existe neste Paraná, é na minha cidade.

Mas, nós damos demonstração de coerência, de apego ao programa partidário, porque nós nos submetemos única e exclusivamente ao Partido. Não somos fisiológicos e nem oportunistas; somos, simplesmente, homens que estão, através de delegação popular, falando aqui...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — Eu lamento, Vossa Excelência não teria nem mais tempo, porque estamos a 10 segundos do término, e eu gostaria...

O Sr. Erondy Silvério — Só para me referir ao município e à cidade de Vossa Excelência.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) — O Deputado Waldyr Pugliesi tem à sua disposição, o horário destinado à Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Erondy Silvério — Se Vossa Excelência me permitir que eu continue... O aparte é rápido, é breve.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Um minuto e já lhe concedo a palavra.

O que eu queria deixar bem claro e acho que assim foi feito, eu estava procurando aqui, ainda, um artigo de um jornalista, e se não tivesse havido neste País, a censura à imprensa, a história seria outra. Eu discordo de muitos jornalistas, dis-

cordo. Mas, sou o primeiro a garantir que eles escrevam, principalmente, sobre a minha atuação e contra as minhas idéias, se assim o desejarem. Mas, não estou encontrando. E ele deixa bem claro o assunto, quando se fala em revanchismo, porque, neste País, é proibido, por exemplo, alguém fazer uma referência a um Ministro da Marinha, o Sr. Délio Jardim de Mattos. É proibido.

Agora, são brasileiros que têm o mesmo direito que eu tenho. Eu sempre falei que não tenho nada contra militar. Inclusive, acho que os militares poderiam ser sim, como não, Presidentes da República, mas, desde que viessem disputar o voto. Eleições. É militar, é geral. Votei no Marechal Lott, trabalhei, era criança. Por que? Porque não concordava com as idéias, com a figura grotesca desse que hoje está aí, fazendo a divisão das oposições, no meu entendimento.

Logicamente que ele tem adeptos, tem correligionários. Mas, eu acho que não! Numa democracia realmente estável, amadurecida, embasada na vontade do povo, os militares são os que menos falam. Mas, neste País, vamos ser sinceros e claros, quem está falando mais do que Judiciário, Poder Legislativo, é a Igreja, com toda razão, e as Forças Armadas — e aí não com tanta razão porque a Igreja, pelo menos, fez uma opção preferencial pelos pobres, e as Forças Armadas, muitas vezes, elas devem, — como o Senador disse aqui, no seu aparte, elas devem cumprir aquilo que a Constituição determina a elas.

Então, eu não me sinto, de maneira nenhuma, por exemplo, constrangido em criticar o sargento, o capitão ou guarda de trânsito, porque ele também usa farda. Não temos complexo, porque somos um Partido forte, temos companheiros que trazem no corpo as marcas de todo esse período.

É difícil falar isso, mas tem companheiro que está aleijado. Aqui mesmo, nesta Assembléia, eu denunciei, por exemplo, que um companheiro, nosso, foi tão torturado, que teve um testículo esmagado, e teve que extirpá-lo. E tem muita gente que acha isso bonito. Isso é muito, mas muito terrorista!

Isso é uma coisa que a sociedade tem que ter os seus instrumentos para garantir a liberdade dessa sociedade.

Nobre Líder, me perdoa a demora em conceder-lhe o aparte e o faço neste momento.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e não quero tomar o tempo de Vossa Excelência. Reservo me para, numa outra oportunidade, contestar algumas colocações que Vossa Excelência fez. Vossa Excelência sabe que não posso me defender daquilo que não disse. Mas, vou apenas dizer, e ratificar, num outro pronunciamento, o que penso do Senador do Partido de Vossa Excelência.

Agora, Vossa Excelência iniciou o discurso dizendo que se acusou os familiares do Senador José Richa, Vossa Excelência não ouviu isso da minha boca, evidentemente que eu não uso a tribuna para ataques desta natureza.

Mas, só gostaria de fazer uma observação: Vossa Excelência afirmou aí e talvez eu tenha me enganado, não ouvido corretamente, vou procurar depois de certificar através das notas taquigráficas, que Vossa Excelência é um fiel seguidor do PP pelo PMDB, no Município de Arapongas. Então, pergunto a Vossa Excelência que fazia as mais ácidas críticas ao atual Prefeito de Arapongas e membro do PP, ao seu irmão Colombino Grassano, ex-Prefeito e chefe político. Vossa Excelência, inclusive, chegou a afirmar, numa reunião em que compareceram os Secretários do Planejamento e das Finanças, realizada na Sala das Comissões, que o empobrecimento do povo de Arapongas se devia à ganância, à voragem de uma oligarquia que vem infelicitando aquele povo há mais de 20 anos. A oligarquia que Vossa Excelência sempre se referiu — e se não fora ético, pessoalmente para mim, não durante a sessão, mas em período extra-sessão, era evidentemente, a oligarquia da família Grassano.

Então, pergunto: com esse agregamento, mudaram os homeps? Mudou a filosofia política de Vossa Excelência? Ou o que é que mudou, afinal? Porque, Vossa Excelência diz, hoje, que aceita a convivência pacífica com essa gente que Vossa Excelência acusou de serem ladrões do povo de Arapongas.

E Vossa Excelência está aceitando, hoje, está aceitando a convivência com essa gente.

Então, não sei o que mudou, nobre Deputado. É isso que gostaria de ouvir de Vossa Excelência.

Quanto as outras colocações, me reservo, para não interromper mais o brilhante pronunciamento que Vossa Excelência vem fazendo, me reservo para comentar em outra oportunidade.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Não gostaria de tratar de problemas de relacionamento pessoal e político meus. Mas, continuo apegado àquilo que sempre acreditei. a democracia, a liberdade.

O Sr. Erondy Silvério — Isso também acreditamos. A abertura democrática foi através do nosso Partido e do nosso Presidente. Também acreditamos nisso.

O SR. WALDYR PUGLIESI — O que estamos fazendo, dentro do PMDB é o seguinte: estamos acreditando numa causa maior. E Vossa Excelência está anunciando que eles estão no meu Partido, mas, até agora, não sei oficialmente.

O Sr. Erondy Silvério — Estão agregados ao Partido de Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Telefonaram ainda há pouco, dizendo que ainda não se decidiram. E não se decidem, é bom que se diga, porque o Governo de Vossa Excelência é o campeão de jogar em causa própria. Só falta ao Governo de Vossa Excelência aprovar um projeto de lei que, certa vez, distribui de maneira irônica, à imprensa, “multiplicando os votos do PDS por 10 e dividindo os votos da Oposição por 2”. Aí está garantida a vitória.

Porque, se houvesse realmente já o encerramento do prazo, as coisas estavam definidas, porque vocês sabem o que vão fazer. Porque, estão com a faca e o queijo nas mãos.

Então decidem a hora que bem entendem. São a favor do fortalecimento dos Partidos e acabam com o voto de legenda. São a favor do Programa do Partido e agora estão dizendo que vão acabar com o voto vinculado. Eu não entendo mais nada. Eu estou caminhando há bastante tempo nesse pronunciamento e tenho, por dever de acreditar no debate, de conceder a palavra ao nosso companheiro do PTB, Deputado Adalberto Daros e logo em seguida, ao Líder do meu Partido, Deputado Trajano Bastos.

O Sr. Adalberto Daros — Deputado Waldyr Pugliesi, eu não pretendia nesta sessão, apartear-lo, mesmo porque eu acho que é um problema entre o PMDB e acusações feitas a um Senador do PMDB, que já pertenceu ao meu Partido, é verdade, mas eu acho que como democrata que sou, devemos fazer justiça àquilo que sabemos e da forma como vemos as pessoas eu vi que Vossa Excelência leu um pequenino pedaço das declarações do Deputado Erondy Silvério, quando teria dito, e eu não estava na sessão, confesso — de que o povo do Paraná escolheu mal o Senador em 74.

Há um ditado, meu amigo Deputado, que foi muito lembrado aqui por diversas vezes, de que “a voz do povo é a voz de Deus” e contra Deus, Deputado, eu não fico nunca. Se escolheu errado, eu não vou dizer que o meu ilustre Presidente João Mansur era o pior candidato, não, é que o povo não tinha condições de votar no Partido do Governo, podia ser o meu

Presidente, a quem eu tenho uma amizade muito grande, podia ser até o Deputado Erondy Silvério, podia ser qualquer um.

Não tinha jeito em 74 do Governo ganhar as eleições, como em 78 se deu outra prova e como em 82, Deputado Waldyr Pugliesi, tenho certeza, apesar das insinuações de Vossa Excelência, de que, em São Paulo, se dividiram as oposições. Aqui no Paraná, não. Eu entendo assim. Vamos disputar da forma como vamos disputar e entendo que em 82, nesta eleição, entendimento meu - o candidato do PDS é ruim demais e a prova vem de dentro do seu próprio Partido que hoje está numa miscelânea é verdade, e o Senhor Ney Braga, candidato a Senador, irá às urnas e vamos ver se 16 anos passados, vão dizer que ele é bom de novo. Vou pagar para ver, Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Como Deputados democratas que nós somos, nós do PMDB lutaremos com todas as forças para alcançarmos a vitória. Agora, se ganhar o candidato de Vossa Excelência, se ganhar o candidato do Governo nós respeitaremos o resultado das eleições, desde que elas sejam limpas e honestas. Se elas se afigurarem fraudadas, nós não vamos aceitar pacificamente o resultado de uma fraude. Nós estamos na luta de corpo e alma. Nós queremos ganhar as eleições, para mostrar ao Paraná que nós temos competência para ser Governo. Nós temos quadros os mais competentes, quadros os mais capacitadíssimos para dar a sua contribuição.

Trajano.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ilustre Deputado Waldyr Pugliesi. Seja breve. Apenas para alertar Vossa Excelência, ilustre Deputado, que o ilustre Líder da ARENA, Deputado Erondy Silvério, com a sua característica bem marcante nesta Casa, que é procurar desviar o assunto quando este não lhe interessa e está a convidar Vossa Excelência para um assunto que a esta Casa e ao povo do Paraná não interessa.

O que interessa ao povo do Paraná e a esta Casa, é aquilo que até agora o Governo do Estado não respondeu às indagações do ilustre Senador Leite Chaves.

Foi este o motivo que deu origem a todo este debate. Porque o Senador, usando das suas prerrogativas de cidadão e de parlamentar, desafiou o Governo do Paraná a vir prestar contas a este mesmo povo. E até agora o que vimos, o que presenciemos neste episódio, foram ataques pessoais ao ilustre Senador. O que nos interessa e o que esperamos da Liderança do PDS nesta Casa, é que venham estas informações, para que fique esclarecido ao povo do Paraná de onde está saindo o dinheiro para a promoção pessoal dos candidatos aos cargos majoritários do PDS. Isto é o que interessa e que esperamos que o Governo, que o Sr. Ney Braga venha a público e preste contas do seu Governo nas indagações feitas pelo Senador, pelos meios de comunicação deste Estado.

É isto que interessa ao Paraná, o resto é baleia.

O SR. WALDYR PUGLIESI — No final deste pronunciamento, quero dizer que o dever da solidariedade se impõe, mas, nunca estaremos omissos no cumprimento desse dever.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. Declinado. Consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Será ocupado pelo nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, primeiramente

quero agradecer ao meu Líder a deferência de podermos, neste instante, ocupar a tribuna nesta hora em que “os cães ladram e a caravana passa” e que o PDS vai ganhar a eleição.

A propaganda, ilustres componentes desta Bancada e da Bancada da Oposição, a propaganda, imprensa do meu Paraná, é a mesma propaganda do circo do Sr. Leite Chaves, com brochuras, distribuindo livros que não sabemos com que dinheiro foi subsidiado. É a mesma propaganda a nossa, é a propaganda que não cobramos, porque sabemos que o Sr. Leite Chaves ganhando uma parcela pequena como diz o Senador José Richa, como poderia distribuir livros impressos, livros dos seus discursos ...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

Eu não tive a oportunidade, porque o tempo não permitiu ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi que me concedesse um aparte para responder ao Líder do PMDB, Deputado Trajano Bastos, que eu respeito muito e devolvo a ele os elogios que me fez, devolvo a ele a intenção de sempre procurar desviar o rumo dos discursos e dos assuntos que se debate quando não interessa ao PMDB. Ele fez uma pergunta à Liderança do Governo: por que que o Governo não presta conta das verbas que supostamente estariam sendo desviadas para promoção dos candidatos do PDS?

Ora, a inteligência do nobre Deputado Trajano Bastos não permite tamanho disparate. Ele sabe que o Governador do Estado presta contas ao Tribunal de Contas, cujas contas são posteriormente apreciadas por uma Comissão Especial nesta Casa onde o seu Partido tem representação. Aí será a hora das contas serem examinadas, serem glosadas se for o caso, ali estará a oportunidade da resposta que ele me pediu. E ele sabe muito bem disso, sabe perfeitamente disso. Pergunto como Vossa Excelência está perguntando: de onde sai o dinheiro para a custosa, custosíssima campanha que está sendo feita pelos candidatos majoritários do PMDB. De onde sai esse dinheiro? Do bolso do Sr. José Richa que é pobre? Do cantor nordestino que também diz que é pobre? De onde é que sai esse dinheiro?

É evidente que sai do bolso dos amigos. É evidente que em todas as campanhas eleitorais todos os candidatos de ambos os partidos gastam, porque não se viaja de graça, não se permite num hotel de graça, não se faz refeição num restaurante gratuitamente, não se imprime nada, nem uma propaganda eleitoral sem ser paga.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, para que ...

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, pela ordem, eu estou com a palavra, me assegure a palavra. Eu não estou ofendendo ninguém.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está assegurada a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, pelo aparte concedido pelo orador que está na tribuna.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, ele está ofendendo o Senador chamando-o de cantor!

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra, tem alguém falando aqui desse lado, tem um corpo estranho aqui desse lado que eu não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa assegura a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, em aparte concedido pelo orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Erondy Silvério — É evidente, nobre Deputado Gabriel Manoel, que são os amigos que se cotizam, que contribuem para as despesas dos candidatos. Isso é natural, é próprio do regime democrático. Então eu não vejo porque essa fobia dos homens da Oposição em querer acusar o Governador Ney Braga de estar utilizando o dinheiro público para a campanha do Sr. Saul Raiz e a dele própria.

Veja que o Senador Leite Chaves não é tão incapaz, um homem que fala francês, que fala inglês, que defende cliente no Estados Unidos é tão incapaz juridicamente que não soube redigir, que não soube endereçar uma petição ao Tribunal de Justiça do Estado. Equivocou-se ao mencionar a lei que permitia que encaminhasse aquela representação. Qual foi o destino da sua representação? Cesta do lixo. Arquive-se! Por que?

Pela incompetência do seu autor ao formular a representação.

O Sr. Trajano Bastos — Ou pelo comprometimento da...

O Sr. Erondy Silvério — Ah, então Vossa Excelência está agora já duvidando da Justiça, então vamos deixar para lá. Esse é um conceito subjetivo de Vossa Excelência. Então vamos estranhar o comportamento da Oposição em querer saber de onde é que sai o dinheiro para a campanha do Sr. Ney Braga e do Sr. Saul Raiz. Da mesma fonte que sai para o Sr. José Richa. Da mesma fonte, mesmíssima fonte. São os amigos que se cotizam, que contribuem!

Estou contribuindo para a campanha do Sr. Saul Raiz e do Sr. Ney Braga! Vossa Excelência, eu garanto, está contribuindo para seu correligionário José Richa. Isso é normal, natural, é próprio do regime.

Então agora, nobre Deputado Trajano Bastos, que as contas do Governador cheguem a este Poder, aí Vossa Excelência com o brilho invulgar, com a cultura que tem, com a experiência legislativa que possui, com a tarimba já de administração pública que eu sei Vossa Excelência possui, Vossa Excelência poderá analisar documento por documento dessa prestação de contas, questionar os que porventura não convençam a Vossa Excelência.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Completando o meu raciocínio darei o aparte. Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência falou com justeza, com clareza, o que é verdade. Agora pergunto a Vossa Excelência. Hoje de manhã quando eu saía do meu apartamento via o moço da portaria ler uma brochura caríssima impressa sobre os discursos do Senador Leite Chaves. O homem que é pobre, o homem que...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Isso prova que ele é um homem competente, que tem tantos discursos ...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra, porque esses cães estão ladrando.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que está com a palavra o nobre orador, Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná! Esses homens do "já ganhou", estes homens que não têm conteúdo, esses homens que não trazem nada ao Paraná não querem outra coisa, a não ser...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência permite um aparte, Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Após o meu raciocínio. Sr. Presidente, me assegure a palavra, Sr. Presidente, essa matilha de cães têm que calar a boca enquanto nós estamos falando.

O Sr. Adalberto Daros — Como é que é, Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Essa matilha de cães! (Tumulto generalizado).

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, me assegure a palavra.

É o nível que Vossa Excelência está levando, está conduzindo o revanchismo da foice e do martelo. Revanchismo que haveremos de combater nas urnas. Revanchismo que haveremos de trazer da minha região, uma vitória de nosso candidato. Um revanchismo que Vossas Excelências não sabem obedecer. Um revanchismo que Vossas Excelências, não têm o mínimo de decoro parlamentar.

Quando se fala numa tribuna é necessário que se tenha o mínimo de respeito para o orador que está falando. Porque nós respeitamos, sabemos respeitar, Sr. Presidente, agora esses moços...

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência poderia me deixar completar o meu raciocínio? Talvez eu darei, como me foi dado pelo orador que me antecedeu.

O Sr. Trajano Bastos — Aguardo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, os mocinhos da balela estão achando que já ganharam a eleição, mas haveremos de trazer aqui, mais uma vez, a vitória de nosso partido; do partido que lutou para que o Brasil não caísse nas garras do comunismo. Do partido que não quer outra coisa a não ser o bem estar de sua terra e de sua gente.

O Sr. José Domingos Scarpelini — O partido que está matando milhões de fome...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, o respeito desta gurizada que não sabe o que quer. O respeito que é necessário nesta Casa. Eu respeito porque se for falar quem foi José Richa, vou dizer aqui de público quem era ele em Joaquim Távara, sobre suas campanhas políticas e vamos cair onde eles querem que cheguemos. A gurizada está afoita mas qual é o conteúdo que trazem ao Paraná?

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Não permito porque você não merece.

Sr. Presidente, estamos com a palavra no Horário da Liderança. Em 15 de novembro vamos ver, vamos trazer a vitória de nossa terra e de nossa gente para que o Paraná continue nas mãos de brasileiros. Para que o Paraná tenha homens, como tem o PDS, com conteúdo. Para que o Paraná não caia na mão de moleques. Para que o Paraná não caia na mão de moços que para se unirem, como o Deputado Adalberto Daros que está com Paulo Pimentel e está ajudando Richa na campanha. Qual é a sua bandeira, Deputado Daros? A traição ao povo? Pegue a sua bandeira, Deputado Daros, que nós haveremos de fazer um cotejo. Vossa Excelência é incoerente. Defenda o seu candidato e deixe-nos defender o nosso.

ro justifica.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não justifica Deputado, porque Vossa Excelência é incoerente. Vossa Excelência está atirando pedras no telhado do vizinho e não vê que seu telhado também é de vidro.

Para encerrar...

O Sr. Trajano Bastos — Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que está encerrado o tempo de uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO”, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procópio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “GUARDA MIRIM DE MATELÂNDIA”, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO EMOPAR”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO do Projeto de Lei n.º 151/81, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador “ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA”. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/81, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO”, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 147/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO”, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, não visa lucros e tem por finalidade dar proteção e assistência de modo geral à maternidade e à infância, visando a saúde, o bem estar e as necessidades da gestante e da criança. Através de palestras ou divulgação ou outros meios de propaganda, a Associação, objeto do presente plano de lei, orienta a gestante e a criança sobre a higiene, educação e, principalmente, aos órfãos abandonados sujeitos ao vício e todas as formas de contravenções.

Assim sendo, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, pois cumpre as exigências mínimas da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, legislação reguladora da matéria enfocada, conforme documentação que anexamos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 147/81

PARECER:

De autoria do Deputado Basílio Zanusso, declara o projeto de lei de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santo Inácio, com sede na cidade do mesmo nome.

A documentação que instrui o processado, evidencia o cumprimento de todas as exigências estabelecidas pela Lei 6994, de 10/01/78, disciplinadora da matéria.

Assim, a iniciativa está constitucionalmente legítima e, sob o aspecto formal, atende as regras regimentais.

Face ao exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/81, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MONTE SINAI, com sede no Loteamento Tarumã, cidade de Toledo. Parecer Favorável da C.C.J. por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 149/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MONTE SINAI, no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Justifica a presente solicitação as altas finalidades da Associação, tal como proceder orientação às famílias sobre higiene, alimentação, planejamento familiar, campanha contra os tóxicos e eis que, em decorrência dela, o homem se reintegra e se incorpora na comunidade, voltando a ser útil à sociedade e à família.

Anexamos para tal fim todos os documentos reclamados pela Lei Estadual 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Eis porque, respeitosamente, solicita a esta egrégia Casa de Leis, a aprovação do presente projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 149/81

PARECER:

Submete-se neste processo, à apreciação desta Comissão, projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Egon Pudell, objetivando declarar de utilidade pública a Associação Monte Sinai,

com sede no Loteamento Tarumã, na cidade de Toledo.

Cumpridas foram as exigências reclamadas pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando presente a documentação necessária.

Inexistindo óbices de ordem constitucional ou regimental à normal tramitação do presente plano de lei, somos de opinião seja o mesmo aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Cardoso de Arruda, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 107/81, que visa declarar de utilidade pública o BANESTADO CLUBE S/A. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser encaminhado apelo ao Ministério dos Transportes e Superintendência da Rede Ferroviária Federal S/A, visando a construção de ligação ferroviária trecho Tibagi - Desvio Ribas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 172/81, que visa alterar dispositivos da Lei nº 7297, de 08/01/80 - Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Delegacia do Banco de Habitação, pedindo informações sobre um rol de questões referentes à construção de conjuntos habitacionais em Londrina. —

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que dispense a leitura do requerimento, porque a Mesa não podia nem receber o referido requerimento.

Vossa Excelência sabe que este Poder não pode solicitar informações do Poder Federal. Isto é do Regimento da Casa.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, encareço de Vossa Excelência que dê conhecimento à Casa, do inteiro teor do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado Trajano Bastos, mas, de antemão, já informa que realmente se trata de um pedido de informações e que a Mesa deixará de receber. No entanto, solicita ao Sr. 1º Secretário, a leitura do mesmo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, lamento discordar da decisão da Mesa, porque Vossa Excelência não tem amparo regimental e nem legal para atender o requerido pelo nobre Líder do PMDB.

Primeiro, que o requerimento foi lido ontem, consta dos Anais da Casa; em segundo lugar, se ele é anti-regimental, Vossa Excelência deixa de recebê-lo, como deixou de receber.

Não pode determinar que se proceda a leitura, sob pena de se estar cometendo uma heresia dentro desta Casa. Uma heresia regimental.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, devo confessar a Vossa Excelência que desconheço o teor do requerimento.

Então, para que minha bancada possa se posicionar, independente do despacho que Vossa Excelência, venha a dar a esse requerimento, solicito, mais uma vez, que dê conhecimento do teor do mesmo, à Casa.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa a Vossa Excelência que trata de um requerimento de informações ao Banco da Habitação, razão porque deixa de recebê-lo.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, nobres Deputados.

Estava aqui meditando diante das afirmativas do nobre Deputado Erondy Silvério, que pedia ou que requeria verbalmente à Mesa, o não acolhimento desse nosso pedido.

Meditando, na medida em que o nobre líder invoca o Regimento desta Casa. Mas, meditando exatamente porque, no fim do ano passado, aqui nesta Casa, a Constituição do Estado deixou de ser respeitada. O Regimento desta Casa foi por inúmeras vezes violentado, quando se aprovou aqui, e a emenda acolheu, emenda divergente do projeto. Mas, como o assunto era de interesse do Governo, Regimento e Constituição foram jogados no lixo.

E agora, quando um Deputado que se preza e está aqui para honrar os votos que recebeu do povo, vem buscar informações e tão somente a respeito de determinados fatos que envolvem a administração de Londrina, este requerimento, este simples pedido de informações não pode ser acolhido, porque o nobre Líder do Governo alega o Regimento Interno.

Dois pesos e duas medidas, frase muito usada nesta Casa. Para a Oposição, cumpre-se o Regimento; para a Situação, rasga-se a Constituição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, também fere o Regimento Interno da Casa, a discussão de matéria vencida.

O nobre Deputado teve a oportunidade de protestar na ocasião em que foi aprovado por esta Casa o alegado. Agora foge. Vossa Excelência está permitindo, novamente, a transgressão regimental.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que procede a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência proferiu uma decisão, e esta decisão está ainda em discussão.

Recorro a Vossa Excelência da sua decisão, nos termos do Artigo 125 do Regimento Interno, a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que simplesmente deixou de receber o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — Mas é uma decisão de Vossa Excelência, e eu recorro ao Plenário, nos termos do Artigo 125, do Regimento Interno, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa irá colocar em votação, por entender que realmente é regimental, nestas condições submete-se à decisão do Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, de não receber o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.
3 Srs. Deputados aprovam; 8 rejeitam. Não há "quorum"

para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 145 e 151/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 147 e 149/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 156/81.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 15, quinta-feira, após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 39, 60, 109 e 114/81.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TURISMO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA 9ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Turismo, com a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, David Cheriegate, Tércio Albuquerque, Quielse Crisóstomo da Silva, Adalberto Daros, Gilberto Agibert Filho e Nestor Baptista. Na forma regimental, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Deputado Rosário Pitelli, declarando instalada a Comissão de Turismo, comunicando aos Srs. Membros que em seguida procederá a eleição para a Presidência da mesma. Efetuada a eleição, foram eleitos por unanimidade para a Presidência, o Sr. Deputado Tércio Albuquerque e Vice-Presidente o Sr. Deputado Adalberto Daros. Após o resultado, ambos agradeceram aos nobres Pares a honra e confiança neles depositadas. Na oportunidade o Sr. Presidente designou a funcionária Cléia Carneiro Teixeira para exercer a função de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Cléia Carneiro Teixeira, Secretária, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente e demais Membros presentes à reunião, a fim de que produza os efeitos legais.

(aa) TÉRCIO ALBUQUERQUE — Presidente
ADALBERTO DAROS — Vice-Presidente
Cléia Carneiro Teixeira — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 9ª LEGISLATURA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e dois, na Sala das Comissões,

reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Gabriel Sampaio apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 117/81, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Guarapuava, para que a população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo e, PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 118/81, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Guarapuava, para que a população decida sobre a criação do Município de Santa Galo. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
Lello G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA 9ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceram os Srs. Deputados: Airton Cordeiro, Dácio Leonel, Gabriel Sampaio, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Paulo Camargo e Werner Wanderer, especialmente convocados pelo Sr. Deputado Paulo Camargo, conforme o Regimento Interno, com o fim de instalar a Comissão e eleger seus Presidente e Vice-Presidente, para a presente Sessão Legislativa. Havendo número legal, o Sr. Deputado Paulo Camargo declarou instalada a Comissão, solicitando aos Srs. Deputados que se procedesse a indicação dos nomes dos Srs. Deputados para ocupar o cargo de Presidente e Vice-Presidente desta Comissão. O Sr. Deputado Gabriel Sampaio pede a palavra para fazer a indicação verbal dos nomes dos Srs. Deputados Paulo Camargo para o cargo de Presidente e Deputado Fidelelino Tolentino para o cargo de Vice-Presidente, em reeleição. Em discussão. Foi aprovada, com abstenção de voto do Sr. Deputado Paulo Camargo, e por unanimidade dos demais, a proposta feita pelo Sr. Deputado Gabriel Sampaio. O Sr. Deputado Paulo Camargo agradece a deferência, esclarecendo que não era sua intenção ocupar novamente esta Presidência, pois acredita que deveria haver rodízio entre os demais Membros, mas não medirá esforços para o bom andamento dos trabalhos. A seguir, o Sr. Presidente propõe que seja realizada, ainda hoje, uma Reunião Ordinária, tendo em vista o grande número de projetos de lei em regime de urgência, nesta Comissão, e propõe ainda que as reuniões ordinárias continuem sendo feitas às quartas-feiras, após o término da Sessão Plenária. Aprovadas as propostas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada

será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Srs. Deputados presentes à reunião e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
FIDELCINO TOLENTINO — Vice-Presidente
Rita Soares Bertoli — Secretária

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 084/82

designar o funcionário JOSÉ BARBOSA, contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo junto ao Gabinete do Deputado Antônio Facci, a partir de 06 de abril de 1982.

(Protoc. nº 1954).

PORTARIA Nº 085/82

- I — revogar a designação do funcionário CELSO COUTINHO DE CAMARGO, ora à disposição deste Poder, do Departamento Administrativo,
- II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de dezembro de 1982,
- III — revogar a designação do funcionário JORGE RAUL MIGUEL, ora à disposição deste Poder, do Gabinete do Deputado Nestor Baptista,
- IV — designar o citado servidor para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de março de 1983.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06/04/82

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral